

- ANAI DO SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO MARIISTA. Os valores da Educação Marista. Faculdade de Educação da PUCRS. 1992, 128p.
- CEGALLA, Ir. José. Maria: A Mulher da Libertação. 1989, 119p..
- CENTRO DE PESQUISAS LITERÁRIAS. Da Abolição à República. 1989, 122p.
- DIEHL, Astor Antônio. Círculos Operários no Rio Grande do Sul: um projeto social-político. 1990, 136p.
- EMPINOTTI, Prof. Ir. Moacyr. Os Valores a Serviço da Pessoa Humana. 1990, 127p. Um verdadeiro manual para educadores e para os que buscam séria e corajosamente encontrar bases sólidas de sustentação existencial.
- FONSECA, Jussara Teresa Vieira da. Quimioterapia: Guia de Assistência Prática ao Paciente. 1991, 68p.
- MARTINS, Prof. Ir. Adelino da Costa. Contexto Histórico e Social da Obra Educativa de Champagnat. 1990, 96p.
- OLIVEIRA, Marília Gerhardt de. Manual de Anatomia da Cabeça e do Pescoço para Estudantes de Odontologia. 1990, 109p.
- PAVANI, Jayme. A Racionalidade Estética. 1991, 137p. Trata-se de aspectos da racionalidade estética na Literatura, com aplicações à arte em geral, mas restrita aos fenômenos da percepção, da imaginação, da emoção e do inconsciente.
- PEREIRA, Leda Coelho Ribeiro. A Influência de Emmanuel Mounier na Escola de Serviço Social. 1992, 54p.
- SILVEIRA, Helder Gordim da. A Integração Latino-Americana: Projetos e Realidades. 1992, 88p. O trabalho é um estudo sério sobre tema de extrema atualidade e se destina a apresentar e oferecer uma visão de conjunto sobre as diversas propostas e tentativas de integração ocorridas na América.
- SOUZA, Valdemarina Bidone de Azevedo e; et al. Utilização do Computador em Sala de Aula. 1992, 48p. Cadernos EDIPUCRS n. 2.
- STREHL, Afonso e FANTIN, Nelson Danilo. Formação de Professores para o Ensino Profissionalizante. 1990, 168p. Um trabalho sério é o que realizaram com coragem e competência. Significa uma contribuição valiosa para servir de parâmetro aos administradores e técnicos educacionais na procura de novos rumos para o sistema de educação vigente.
- ZABLUK, Helena Pontremoli, et al. Paciente Cirúrgico. 1992, 160p. Técnicas e procedimentos básicos de assistência integral. A obra apresentada os cuidados que deverão ser prestados ao paciente cirúrgico no período pré e pós-operatório e preparo para alta, quando ele será encaminhado à sua família e à sua comunidade.
- ZILLES, Urbano. A Significação dos Símbolos Cristãos. 1990, 72p.
- ZILLES, Urbano. A Significação dos Símbolos Cristãos. 2. edição, 1991, 72p.
- ZILLES, Urbano. O Racional e o Místico em Wittgenstein. O autor apresenta um estudo com o objetivo de introduzir o leitor não especializado em Lógica e Matemática nas duas grandes obras de Wittgenstein: parte do pressuposto de que as duas ordens do conhecimento de Blaise Pascal - a razão e a do coração - podem auxiliar na compreensão da obra desse pensador. 1991, 70p.

PEDIDOS DIRETAMENTE À:  
EDIPUCRS

Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33  
Caixa Postal 1429  
90001-970 - PORTO ALEGRE - RS  
Fone (051) 339.13.08

Leci Borges Barbisani<sup>1</sup>  
Pontifícia Universidade Católica do RS

Na origem deste breve estudo encontra-se uma velha constatação que é do conhecimento de quem se ocupa de ensino: nossos alunos do primeiro ao terceiro grau têm dificuldades de leitura. Essas dificuldades existem tanto no que diz respeito a textos jornalísticos, quanto técnicos e literários, e parecem estar em vários aspectos da produção verbal: lexical, sintático, semântico, pragmático-enunciativo, textual, discursivo.

A que se deve essa dificuldade do leitor? Inúmeras hipóteses podem ser levantadas. Seria sua pouca convivência com mecanismos sintáticos? Ou sua reduzida capacidade de identificar a situação de enunciação em que o texto foi produzido? Ou sua dificuldade de se colocar no lugar do leitor imaginado pelo emissor? Ou sua incapacidade de entender pressupostos e fazer inferências? Ou então sua pouca familiaridade com a especificidade do texto escrito? Seriam todos esses fatores ou alguns deles, ou outros que não mencionamos? O que sabemos é que a questão é extremamente complexa, mas que precisa ser pensada.

Nossa preocupação aqui diz respeito a apenas uma questão que, pressupomos, possa trazer obstáculos à compreensão: a reformulação.

Com esse termo queremos nos referir à produção de um enunciado cujo sentido equivale, até certo ponto, ao de outro enunciado. A reformulação é uma forma de repetição (cf. Travaglia, 1989, p. 8) e visa fazer entender melhor um enunciado anterior.

Assim sendo, e tendo em vista a compreensão de textos, seria possível afirmar-se que a reformulação facilita a leitura. Nossa hipótese, todavia, é que as diferentes formas de reformulação não são todas facilitadoras do processo de compreensão. Não é nosso objetivo, neste estudo, analisar dados para verificar até que ponto essa hipótese se confirma. Vamos limitar-nos a esboçar rapidamente algumas características de um conceito de reformulação que serviria para nortear a elaboração de um instrumento de análise que tivesse por objetivo avaliar possíveis dificuldades de leitura dos alunos quanto a esse fenômeno.

Para tanto, será necessário refletirmos sobre:

- o que é reformulação
- como se estabelece o sentido
- qual é a estrutura da reformulação
- que tipos de reformulação existem.

1 O tema deste trabalho foi discutido com os colegas da PUCRS: Artur Eugênio Jacobus, Rejane Flor Machado, Terezinha Marlene Lopes Teixeira e Alice Campos Moreira. A eles, os nossos agradecimentos.

## 1. O que é reformulação?

Numerosos linguistas têm feito estudos sobre a reformulação. Pode-se citar alguns artigos, como os de Charolles & Coltier (1986), Fuchs (1982), Peytard (1984), Mortureux (1982), Bosredon (1987), Murat (1987), Loffler-Laurian (1984) dentre outros.

Peytard (1984, p. 18), por exemplo, entende a reformulação, no oral e no escrito, como sendo uma atividade marcada pela transformação de um objeto-fonte A num objeto-alvo B, como movimento de um discurso em direção a outro.

Assim definida, a reformulação é vista como uma retomada de um discurso por outro, como acontece, por exemplo, com a transformação de um texto científico em um texto de vulgarização científica.

Para o objetivo a que nos propomos, qual seja o de verificar se a reformulação pode acarretar dificuldades para a compreensão de textos, é preciso entender esse fenômeno restrito ao mesmo discurso, isto é, ele deve ser visto como uma retomada de um termo, sintagma ou sentença que figuram no contexto imediatamente anterior. Assim, a reformulação se torna auto-parafrasagem, ou seja, eu-aqui-agora identifico o semantismo de X, expressão produzida por mim há poucos momentos, com o semantismo de Y, expressão produzida por mim agora, ou ainda, "quando digo X e quando digo Y, digo a mesma coisa; X, que eu disse, significa Y" (Fuchs 1982:33).

As proposições X e Y são, então, apresentadas como sinônimos e têm estatuto metalingüístico. São o que Rey-Debove (1978) chama de "predicações de identidade" e que Fuchs (1982:31) prefere denominar "meta-predicações de identificação", querendo mostrar, com essa terminologia, que elas constituem relações dinâmicas e não identidades estáticas. Então, reformular X por meio de Y é fazer como se fosse identificado o semantismo de Y ao de X.

## 2. Reformulação, interlocutor e sentido.

Uma pergunta que se pode fazer é a de qual seria a função da reformulação num texto. Quais seriam as razões pelas quais uma parte X do discurso é reformulada a seguir, pelo mesmo autor, e portanto, marcada retroativamente como insuficiente, a retomar? Uma explicação que se poderia dar seria a de que a parte X do discurso parece ser arbitrária, técnica, insuficientemente informativa, referencialmente inadequada, etc. (Murat 1987 e Bresson-Cartier 1987).

Além disso, parece que a produção desse mecanismo supõe, em quem fala ou escreve, sua vontade de se adaptar ao ouvinte ou ao leitor, como sinal de um comportamento cooperativo. A atividade de quem produz texto, sendo sempre dirigida a um interlocutor, real e presente em situações de fala, imaginário e ideal no escrito, leva freqüentemente a reformulações com o objetivo de garantir que o que é dito ou escrito não trará problemas de interpretação insuperáveis ou muito complexos ao outro.

Desse modo, as reformulações regulam a continuação do discurso, porque selecionam, no contexto anterior, um aspecto do sentido que será desenvolvido no discurso a seguir.

Mas como se estabelece o sentido? Em outras palavras, de que modo a expressão Y retoma a expressão X?

Fuchs (1982) analisa duas abordagens das reformulações parafrásticas relativamente ao sentido: uma que mostra este fenômeno como um "fato de língua" e outra como um "fato de discurso". Na primeira trata-se de uma relação semântica, estável, que se pode predizer, inscrita no sistema da língua; na outra, essa relação é inerente ao discurso, ou seja, é uma relação semântica, variável, que não pode ser prevista, que só é válida para um certo conjunto de sujeitos, numa situação particular.

Quanto à abordagem lingüística, Fuchs (1982, p. 29) se pergunta: existe realmente identidade de sentido, ou apenas aproximação mais ou menos grande de sentidos? Do ponto de vista discursivo, por outro lado, a reformulação parafrástica tem por suporte outra coisa que não a identidade. Sob esse enfoque, a reformulação pode ir do Mesmo (repetição literal, tautologia aparente) ao Completamente Outro (contradição), passando pelos graus do semelhante/não semelhante. Tudo pode reformular um discurso numa dada situação. Na reformulação, há sempre progressão discursiva, argumentativa, nunca reproduzido idêntico. Desse modo, toda reformulação modifica o conteúdo.

Já Peytard (1984) estuda o sentido na reformulação através da noção de "densidade discursiva". Segundo ele, o escritor, ao construir seu enunciado, realiza combinações de relações: conjunção, inclusão, disjunção, pressuposição, solidariedade, seleção e outras. Isso, juntamente com a combinatoria que a língua exige, produz a "densidade discursiva". Esta é proporcional ao número de relações que o escritor realiza.

Peytard estuda a questão sob o ângulo da tipologia textual, tomando unicamente os "documentos científicos" e os textos literários, ambos de alta densidade. Baseado no conceito acima mencionado, o autor afirma que todo texto literário A, reformulado por escrito pelo próprio autor, torna-se um texto B, outro. Não se pode tocar num ponto do texto sem modificar o valor do conjunto.

Quanto ao "documento científico", tudo parece indicar que a reformulação leva a diferenças e que nem tudo, num "documento científico" é reformulável. É justo, então, que se pergunte quais são os elementos que resistem à reformulação, o que conduz à noção de aparelho conceitual - definições imutáveis, transferíveis e universais - e que denota vontade discursiva de

"univocidade", ou seja, que o leitor construa uma única interpretação, a "monossilificação", constituindo-se no objetivo do discurso científico.

Peytard (1984, p. 24) propõe que quanto mais alta for a densidade, mais as operações de reformulação transformarão o discurso, produzindo não-equivalências fortes. Se um discurso tiver alta densidade, a reformulação deverá criar um estado de alteridade. Nos casos de média e baixa densidade, reformulando-se o discurso, vai-se atingir um estado de equivalência.

A oposição entre equivalência e alteridade, na reformulação, caracteriza os dois grandes tipos de operações possíveis, de acordo com o grau de "densidade discursiva".

Fica-se, então, com o pressuposto de que não há equivalência de sentidos entre dois segmentos em que Y reformula X.

### 3. A estrutura das reformulações.

As construções nas quais as reformulações aparecem podem ser representadas por uma fórmula como:

EF – marcador de reformulação (MR - ER (Charolles & Coltier, 1986, p. 53), em que EF é o enunciado-fonte e ER, o enunciado de reformulação.

O EF pode ser um nome, um sintagma, uma oração, um ato de fala que o falante ou o escritor consideram possíveis de trazer dificuldade de interpretação ao interlocutor. A identificação de EF não é sempre fácil; às vezes critérios sintáticos podem apoiar essa identificação, outras vezes ela depende tão-somente da interpretação semântica, o que torna mais vaga sua recuperação.

O MR indica convencionalmente a relação entre os enunciados. O MR pode ser uma forma lexical especial para esse tipo de operação, como "isto é", "dito de outro modo", "em outras palavras", etc., mas uma construção como a aposição, marcada por vírgulas, a presença de parênteses, a repetição de uma conjunção, ou de parte de uma oração podem ser as únicas marcas de que se trata de uma reformulação. A relação entre enunciados, criada pelo MR, tem valor convencional e obriga o falante ou escritor a estabelecer uma associação plausível, do ponto de vista da língua, entre os enunciados. A reformulação, porém, não fica restrita ao sistema da língua, como um consenso geral entre os sujeitos. Ela é um fenômeno de língua mas que é apenas parcialmente lingüístico, ou seja, se apóia sobre relações complexas na língua, que contribuem para um julgamento de reformulações, sem, no entanto, determiná-lo de modo absoluto.

Há estudos que distinguem marcações forte (feitas com marcadores lexicalizados) e marcações fracas (como nos casos de aposição, etc.). Quanto mais a relação entre EF e ER é forte, isto é, quando maior parece ser a

equivalência entre ER e ER, mais a marcação é fraca e inversamente (Gülich & Kotschi apud Charolles & Coltier 1986, p. 57).

Bosredon (1987, p. 80) apresenta três grandes categorias morfológicas de marcadores, que correspondem em português a:

- formas da 1ª pessoa: "quero dizer com isso", "entendo com isso"; ou de 2ª pessoa: "se tu preferes", etc.
- formas com "isto": "isto é", "isto quer dizer", "isto significa";
- formas sem pronomes e sem "isto": "ou", "ou seja", "em outros termos", "dito de outro modo", etc.

As três categorias de marcadores são estudadas pelo autor como marcadores de operações semântico-pragmáticas, com valor de utilização do marcador pelo enunciador para explicitação do dictum, de retomadas do que precede, tanto no plano do conteúdo como do ato de fala, de esclarecimento de parâmetros enunciativos da situação de interlocução, de explicitação de forças ilocutórias, de correção ou ajustamento ao que vai ser dito posteriormente, etc. Marcadores como "quero dizer que", "isto é", "isto quer dizer que", "ou", "ou melhor", "dito de outro modo" indicam operações de retomada com estatutos diferentes. Ora são instrumentos de reformulação de conteúdos ("isto quer dizer que"), ora anafóricos dos valores enunciativos e pragmáticos ("isto é", "ou melhor"), assinalando operações pelas quais a linguagem retorna sobre si mesma. Ao mostrar os parâmetros enunciativos e pragmáticos que caracterizam sua enunciação, o enunciador dá uma função metalingüística a esses marcadores (Bosredon, 1987, p. 90).

Murat & Cartier-Bresson (1987) fazem o estudo de um marcador: "c'est-à-dire" (correspondendo a "X, isto é, Y"), expressão que é usada pelo falante ou escritor para garantir que seu interlocutor tomará um segmento de discurso como cle próprio, falante ou escritor, o entende, revelando o caráter autoritário do marcador.

A função metalingüística do marcador, proposta por Bosredon, é reafirmada por Murat & Cartier-Bresson, que dizem que o termo X, da esquerda, representado pelo anafórico "isto 'e", é dado como "menção", já que a expressão correspondente é sempre tratada como formulação. Em compensação, o termo Y, que interpreta X, é "uso" e não "menção", uma vez que ele representa de algum modo a própria idéia, fora de toda mediação lingüística. Há casos de reformulação, porém, em que o MR não aparece explicitamente lexicalizado, ou aparece de modo menos explícito. O determinante definido pode ser suficiente para marcar que uma expressão ou um termo anaforizam algo dito anteriormente. Mas o reconhecimento da ligação estabelecida pelo marcador exige do interlocutor um cálculo que é a busca do antecedente, já que o artigo definido não indica exatamente qual é o segmento anaforizado (Charolles & Coltier, 1986:58).

O aposto também pode reformular uma expressão anteriormente enunciada. Os MR serão vírgulas, no texto escrito, pausa e mudança de tom, no oral. Nesse caso, igualmente, a identificação do segmento reformulado exigirá cálculo de parte do interlocutor.

#### 4. Tipos de reformulação

Embora os marcadores indiquem, todos, uma reformulação, ou seja, que um EF é retomado por um ER, alguns, como "dito de outro modo", "isto é", que, à primeira vista parecem sinônimos, podem ter valores diferentes em certos contextos. Mais uma vez, a relação de identidade entre esses dois enunciados não é um dado fora do discurso, ao contrário, ela é instituída pelo falante/escritor.

Assim, "dito de outro modo" pode indicar uma operação próxima da consecução; "isto é" pode apontar para uma correção. Esses mesmos marcadores podem levar à denominação, que "orienta a linguagem, das coisas para os sinais, dos objetos a conhecer para a terminologia que estrutura e consagra o conhecimento" (Mortureux 1982, p. 52).

Frases com o verbo "ser" apresentam duas possibilidades de reformulações: além da denominação, a definição. Na retomada definicional, a estrutura do enunciado é predicativa, a denominação fornecendo o sujeito e a definição, o predicado (Murat & Cartier-Bresson, 1987, p. 11).

Loffler-Laurian (1984, p. 113-114) apresenta cinco tipos de definição:

- a denominação, que é uma reformulação dupla, em que dois elementos são colocados lado a lado e em que um deles traz suplemento de informação em relação ao outro;
- a equivalência, que é em geral estabelecida pelo verbo "ser", parênteses ou dois pontos;
- a caracterização, que é uma forma de descrição ou de denominação e que pode aparecer em frases isoladas em que um primeiro enunciado indica uma característica e um segundo, o objeto de que se trata;
- a definição dita analítica, que descreve um objeto, decompondo-o em elementos;
- a definição da função, da finalidade ou do uso de um objeto.

O uso da definição pelo falante/escritor está na imagem que ele faz do interlocutor. Ao definir, o produtor do discurso julga que se trata de algo que não é conhecido do outro, que tem necessidade da definição para concretizar o que é definido.

Os tipos de definição apontados por Loffler-Laurian (1984) parecem estar levantando a questão de qual seria a distinção entre definição e explicação. Esta fronteira é difícil de ser estabelecida porque elementos explicativos sempre são introduzidos na reformulação. Chega-se então à idéia de que reformulações por definição podem ter valor explicativo, no caso de orações apositivas, por exemplo, marcadas por vírgulas, e que têm esse sentido.

Reformulações podem ainda resumir ou condensar o desenvolvimento discursivo que precede. O EF pode ser objeto, no ER, de reescrita baseada num duplo princípio: de economia e de fidelidade. Economia porque se quer

fazer desaparecer do EF elementos considerados secundários. Fidelidade, na medida que não se altera o núcleo de sentido que deve subsistir, na reformulação, persistindo uma certa identidade entre o EF e o ER. É uma operação de generalização pela qual se aproxima um objeto singular do objeto genérico por perda de elementos de especificação e de particularização (Vigner 1991, p. 35).

#### Considerações Finais

Nestas linhas tentamos apenas traçar os contornos do que entendemos por reformulação. Vimos que esse fenômeno deve ser visto como auto-parafrasagem, como alusão metalingüística ao já dito (e também a um implícito anterior), como uma forma de repetição, em que o sentido não é repetido tal qual, mas onde há alterações maiores ou menores de sentido.

A retomada de um EF por um ER se faz por intermédio de um marcador, que está geralmente explicitado no texto, mas que muitas vezes se apresenta sob a forma de vírgulas, pausas, interpretação semântica, etc.

A reformulação assim considerada tem preocupação com o leitor, porque procura elucidar questões que o falante/escritor julga poderem trazer dificuldades de interpretação para seu interlocutor.

Este fato lingüístico assim definido visou trazer subsídios para uma reflexão sobre a relação entre reformulação e dificuldade de leitura. Pode-se ter tendência a crer que a reformulação seja facilitadora da compreensão, uma vez que ela é uma forma de repetição, que sua função é de resolver possíveis problemas de interpretação que o texto possa trazer para o interlocutor, e que, muitas vezes, marca identidade ou quase identidade de sentido entre o EF e o ER. Autores como Charolles & Coltier, em seu artigo de 1986, p. 58, afirmam que o uso de reformulações tem por objetivo "facilitar o trabalho interpretativo".

Apesar disso, nossa hipótese é que nem sempre a reformulação facilita a compreensão em leitura. Os mesmos autores citados, Charolles & Coltier (1986, p. 58), mostram que o artigo definido, usado diante de um substantivo no ER, retomando o EF, exige, de parte do leitor/ouvinte, um cálculo para encontrar o antecedente, já que o definido pode não indicar exatamente a expressão nominal anaforizada.

Ainda Charolles & Coltier (1986, p. 54) citam outra dificuldade de identificação do EF, no caso em que, o marcador não sendo explicitado, o leitor/ouvinte deve se apoiar apenas em critérios sintáticos (como, por exemplo, a repetição de uma preposição) ou semântica, o que torna as fronteiras do EF bastante vagas, conseqüentemente difíceis de serem encontradas.

Fuchs (1982, p. 32) lembra ainda que, no caso de uma identificação lingüística com o verbo "ser": X é Y, só o conhecimento da situação discursiva

permite decidir se se trata ou não de paráfrase, ou seja, da retomada de um discurso anterior. A autora acentua que o problema é tanto mais difícil quanto o discurso anterior pode ser imaginário.

Parece então ser possível pensarmos que a ausência de um marcador próprio de reformulações ou a não identidade de sentidos entre o EF e o ER podem gerar problemas de identificação do antecedente, o EF, e trazer dificuldade de compreensão de textos ou, pelo menos, não ser facilitador de leitura.

Aqui apenas levantamos hipóteses, por meio de reflexão teórica. Trata-se de um ponto de partida que exige maior aprofundamento. Se, após isso, a hipótese continuar viável, será necessária a montagem de instrumentos de análise para verificar se realmente ela se mantém. Este será tema para futuros estudos.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSREDON, Bernard. Si dire c'est faire, reprendre c'est faire quoi? *Langue Française* 73, fév. 1987.
- CHAROLLES, Michel & COLTIER, Danielle. Le contrôle de la compréhension dans une activité rédactionnelle: éléments pour l'analyse de la reformulation paraphrastique. *Pratiques* 49, mar 1986.
- FUCHS, CATHERINE. La paraphrase entre la langue et le discours. *Langue Française* 53, fev. 1982.
- LOFFLER-LAURIAN, Anne-Marie. Vulgarisation scientifique: formulation, reformulation, traduction. *Langue Française* 64, dec. 1984.
- MORTUREUX, Marie-Françoise. Paraphrase et métalangage dans le dialogue de vulgarisation. *Langue Française* 53, fev. 1982.
- MURAT, Michel & CARTIER-BRESSON, Bernard. C'est-à-dire ou la reprise interprétative. *Langue Française* 73, fev. 1987.
- PEYTARD, Jean. Problématique de l'altération des discours: reformulation et transcodage. *Langue Française* 64, déc. 1984.
- REY-DEBOVE, Josette. *Le métalangage*. Paris, Le Robert, 1978.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Considerações sobre a repetição na língua oral e na conversação. *Letras & Letras* 5 (1 e 2), jul/dez. 1989.
- VIGNER, Gérard. Réduction de l'information et généralisation: aspects cognitifs et linguistiques de l'activité de résumé. *Pratiques* 71, déc. 1991.